



# Diário Oficial

## ESTADO DE SANTA CATARINA

ANO LXXXVII

FLORIANÓPOLIS, QUARTA-FEIRA, 22 DE DEZEMBRO DE 2021

NÚMERO 21.673

PÁGINA 20

DIÁRIO OFICIAL - SC - Nº 21.673

22.12.2021 (QUARTA-FEIRA)

**DECISÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº PCSC 122808/2019** Trata-se da análise de descumprimento ao prazo de entrega do material de higiene e limpeza – papel higiênico, adquirido por meio da Autorização de Fornecimento nº 057/CPL/DGPC/2019, por parte da empresa Contratada RARIDADE INDUSTRIA QUIMICA LTDA, CNPJ nº 85.101.731/0001-86. As penalidades correspondentes encontram-se dispostas no subitem 20 do Edital do Pregão Eletrônico nº 082/SEA/2018, bem como no Decreto Estadual nº 2.617/2009 e Lei nº 10.520/2002, dentre estas a penalidade de multa, no montante de 0,33 % (zero, trinta e três por cento) por dia de atraso, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, até o limite de 9,9% (nove, nove por cento). Em 26/08/2019 a empresa recebeu a Autorização de Fornecimento nº 057/CPL/DGPC/2019, com o prazo de entrega do material de 20 (vinte) dias com data final estipulada em 16/09/2019, porém a entrega no almoxarifado somente ocorreu em 25/09/2019, conforme consta na informação técnica (fls. 09), ou seja, com 8 dias de atraso. A empresa contratada foi devidamente notificada por meio do Ofício nº 024/2019 (fls. 20) tendo sido facultado o prazo de 05 (cinco) dias úteis para apresentar defesa prévia. A empresa enviou tempestivamente sua defesa. Os autos foram remetidos a esta Diretoria para análise e decisão acerca da aplicação de penalidade. É o relatório. Conforme narrado anteriormente, por meio da Autorização de Fornecimento nº 057/CPL/DGPC/2019, foram adquiridos 23.000 (vinte e três mil) rolos de papel higiênico folha dupla, cor branca, alta alvura, gofrado, picotado, de 30 m, os quais deveriam ser entregues pela empresa contratada até 16/09/2019, porém a entrega se deu em 25/09/2019, com 08 (oito) dias de atraso portanto. Na defesa apresentada, a empresa relata que o atraso se deu por conta da demora da empresa fornecedora do papel higiênico – um terceiro envolvido, alegando que teria feito o pedido para esta última no dia 02/09/2019, e efetuado o pagamento em 16/09/2019 e alega enviar cópia dos comprovantes em seu ofício, mas não o fez. Confirma ter efetuado a entrega do produto contratado tão somente em 25/09/2019. Afirma ter pedido prorrogação em 19/09, e que o mesmo fora indeferido. Solicita por fim o arquivamento do processo, assumindo o compromisso de que não voltará a atrasar a entrega em futuras contratações. Ocorre que tais alegações da defesa apresentada não escusam a culpabilidade da contratada pelo atraso apurado, pois a empresa poderia ter solicitado uma prorrogação do prazo avençado para a entrega antes de vencido o prazo em 16.09.2019, mas assim não procedeu. Inobstante aos os princípios extensíveis à matéria, tais como a proporcionalidade e razoabilidade, não se admite discricionariedade na aplicação das penalidades. O Administrador público possui o dever de fiscalizar o cumprimento do contrato assinado e aplicar sanções ao Contratado. Quanto aos prejuízos, entende-se que a multa aqui referida tem caráter moratório e não compensatório, configurando uma reprovação da Administração ao descumprimento contratual ocorrido, devidamente amparada pelas disposições legais e editalícias. As penalidades correspondentes encontram-se dispostas no subitem 20 do Edital do Pregão Eletrônico nº 082/SEA/2018, bem como no Decreto Estadual nº 2.617/2009 e Lei nº 10.520/2002, dentre estas a penalidade de multa, no montante de 0,33 % (zero, trinta e três por cento) por dia de atraso, na entrega do objeto, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, até o limite de 9,9% (nove, nove por cento). A empresa recebeu a Autorização de Fornecimento nº 057/CPL/DGPC/2019, em 26/08/2019, e deveria ter entregado os materiais contratados em 16/09/2019 (prazo de entrega 20 dias), porém, entregou apenas em 25/09/2019, ou seja, com 8 dias de atraso. Diante do exposto, comprovado o atraso evidenciado, conforme quadro abaixo, resta a empresa constituída

em mora, devendo ser imputada, a penalidade de multa no valor correspondente a R\$ 479,68:

CO/AF 057/2019  
VALOR ITEM R\$18.170,00  
PRAZO ENTREGA 20 DIAS  
RECEBIMENTO DA AF 26/08/2019  
TERMO ENTREGA 16/09/2019  
DATA ENTREGA 25/09/2019  
DIAS ATRASO 08  
MULTA DIÁRIA R\$ 59,06  
VALOR TOTAL R\$ 479,68

Fixada a penalidade, encaminho o presente processo administrativo à Gerência de Licitações e Contratos para que seja providenciada a publicação da decisão no Diário Oficial do Estado e, ato contínuo, seja notificada a empresa por escrito e com aviso de recebimento, concedendo o prazo recursal de 05 dias úteis, nos termos do art. 109, I, "f" da Lei nº 8.666/93.

Em 21jun2021, a empresa Raridade Química apresentou recurso administrativo. 16ago2021, acolhendo Parecer nº 0217/2021/ASJUR/DGPC, o Sr. Exmo. Sr. Dr. Delegado Geral de Polícia não deu provimento ao recurso.

Cod. Mat.: 789608